S.R. DO AMBIENTE E DO MAR

Aviso n.º 827/2006 de 12 de Setembro de 2006

1. Nos termos da alínea *b*) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, torna-se público que por despacho do Director Regional do Ambiente de 21 de Agosto de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de sete dias úteis a contar da data da afixação do presente aviso na Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, concurso interno de acesso limitado, para o preenchimento de uma vaga de técnico superior principal, da carreira técnica superior – área de engenharia do ambiente, do quadro de pessoal da Direcção de Serviços da Qualidade do Ambiente, Direcção Regional do Ambiente, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2000/A, de 18 de Abril.

2. Validade do concurso – o presente concurso é válido apenas para o preenchimento da referida vaga, caducando com o seu provimento.

3. Legislação aplicável: ao presente concurso aplicar-se-ão o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho; Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho; Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro; Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho e Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2000/A, de 18 de Abril.

4. Conteúdo funcional – compete genericamente ao técnico superior principal prestar assistência técnica de elevado grau de qualificação, elaborando estudos e pareceres e participando, dirigindo ou colaborando em trabalhos que exijam experiência de conhecimentos altamente especializados.

5. Local de trabalho – Direcção de Serviços da Qualidade do Ambiente, Direcção Regional do Ambiente, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã, 9900-014 Horta.

6. Vencimento e regalias sociais – o vencimento é o correspondente à respectiva categoria, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, sendo as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7. Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

7.1 Requisitos gerais – são requisitos gerais os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho;

7.2 Requisitos especiais – são requisitos especiais os constantes da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8. Método de selecção – o método de selecção a utilizar é o da avaliação curricular, na qual será obrigatoriamente considerado e ponderado os factores descritos nas alíneas *a*) a *c*) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9. De acordo com a alínea *g*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitado.

10. Os resultados obtidos na aplicação do único método de selecção serão classificados na escala de zero a vinte valores e resultarão da média aritmética das classificações obtidas no método referido no n.º 8.

11. A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho.

12. Formalização das candidaturas:

12.1 As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso e entregue ou remetido pelo correio, registado, com aviso de recepção, para a Direcção Regional do Ambiente, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, sita à Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã, Apartado 140, 9900-014 Horta, dele devendo constar os seguintes elementos:

- i) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, residência, código postal, número de telefone, número, local e data de emissão do bilhete de identidade, situação militar e número fiscal de contribuinte);
- ii) Habilitações literárias e profissionais;
- iii) Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e do tempo de serviço na última categoria e na função pública, em anos, meses e dias;
- iv) Menção qualitativa e quantitativa, sem arredondamento, das três últimas classificações de serviço;
- v) Experiência profissional com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata;
- vi) Identificação do concurso a que se candidata e respectiva vaga;
- vii) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar, por serem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que constituam motivo de preferência legal.

12.2 Os requerimentos de admissão deverão ser obrigatoriamente acompanhados, dos seguintes documentos:

- i) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- ii) Documentos comprovativos das habilitações profissionais;
- iii) Declaração, passada e autenticada pelo serviço de origem a que o candidato pertence, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo, a categoria que detém, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço qualitativa e quantitativa reportada aos anos relevantes para efeitos de concurso;
- iv) Declaração sob compromisso de honra de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho;
- v) Os candidatos com deficiência, de acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, devem ainda declarar, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo, bem como mencionar todos os elementos necessários ao cumprimento do disposto no artigo 7.º do mesmo diploma, com as alterações introduzidas na Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março (adequação do processo de selecção, nas suas diferentes vertentes às capacidades de comunicação/expressão).
- vi) *Curriculum vitae* profissional, detalhado, datado e assinado, com indicação das funções desempenhadas.

13. Os candidatos que sejam funcionários da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar estão dispensados da apresentação dos documentos já existentes nos seus processos individuais.

14. A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigidos nos termos do presente aviso, determina a exclusão do concurso, conforme o estabelecido no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16. Menção a que se refere a Declaração n.º 5/96, de 4 de Abril: em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17. Nos termos do n.º 2, do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março, que adaptou à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência sempre que se verifique igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

18. Em tudo o que não estiver previsto no presente aviso aplicam-se as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho, e legislação complementar.

19. As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

20. O júri do presente concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Dra. Ana Teresa de Noronha Krug, técnica superior assessora do quadro de pessoal da Direcção de Serviços da Qualidade do Ambiente, Direcção Regional do Ambiente.

Vogais

efectivos: Dra. Sónia da Conceição Pereira Andrade Santos, Directora de Serviços da Qualidade do Ambiente, Direcção Regional do Ambiente;

Dr. Carlos Ernesto Faria, técnico superior assessor principal do quadro de pessoal da Direcção de Serviços da Qualidade do Ambiente, Direcção Regional do Ambiente.

Vogais

suplentes: Dra. Maria José Pitta Gróz da Costa, chefe da Divisão de Áreas Protegidas, da Direcção de Serviços da Conservação da Natureza, Direcção Regional do Ambiente que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos,

Dr. Nuno Avelino Peixoto Xavier, técnico superior assessor principal do quadro de pessoal da Direcção de Serviços da Promoção Ambiental, Direcção Regional do Ambiente.

30 de Agosto de 2006. - O Presidente do Júri, *Ana Teresa de Noronha Krug*.